



Simulado Especial

ISS FORTALEZA

Cargo: Auditor do Tesouro Municipal

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial ISS Fortaleza (Auditor do Tesouro Municipal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS Fortaleza (Auditor de Tesouro Municipal);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-Fortaleza-Auditor-30-04>

01 - ☐	21 - ☐	41 - ☐	61 - ☐	81 - ☐
02 - ☐	22 - ☐	42 - ☐	62 - ☐	82 - ☐
03 - ☐	23 - ☐	43 - ☐	63 - ☐	83 - ☐
04 - ☐	24 - ☐	44 - ☐	64 - ☐	84 - ☐
05 - ☐	25 - ☐	45 - ☐	65 - ☐	85 - ☐
06 - ☐	26 - ☐	46 - ☐	66 - ☐	86 - ☐
07 - ☐	27 - ☐	47 - ☐	67 - ☐	87 - ☐
08 - ☐	28 - ☐	48 - ☐	68 - ☐	88 - ☐
09 - ☐	29 - ☐	49 - ☐	69 - ☐	89 - ☐
10 - ☐	30 - ☐	50 - ☐	70 - ☐	90 - ☐
11 - ☐	31 - ☐	51 - ☐	71 - ☐	91 - ☐
12 - ☐	32 - ☐	52 - ☐	72 - ☐	92 - ☐
13 - ☐	33 - ☐	53 - ☐	73 - ☐	93 - ☐
14 - ☐	34 - ☐	54 - ☐	74 - ☐	94 - ☐
15 - ☐	35 - ☐	55 - ☐	75 - ☐	95 - ☐
16 - ☐	36 - ☐	56 - ☐	76 - ☐	96 - ☐
17 - ☐	37 - ☐	57 - ☐	77 - ☐	97 - ☐
18 - ☐	38 - ☐	58 - ☐	78 - ☐	98 - ☐
19 - ☐	39 - ☐	59 - ☐	79 - ☐	99 - ☐
20 - ☐	40 - ☐	60 - ☐	80 - ☐	100 - ☐

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

01. Levando-se em consideração a evolução da administração e suas principais escolas, julgue o item a seguir.

O modelo Sociotécnico propõe que as organizações se revelam como conjunto de pelo menos dois sistemas: sistema técnico, responsável pela eficiência potencial da organização; e o sistema social que transforma a eficiência potencial em real.

02. A respeito da gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

O gerenciamento de um projeto, esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado padronizado, implica o estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis

Julgue os itens que se seguem, relativos a características das organizações formais modernas, estrutura organizacional e tipos de departamentalização.

03. A estrutura funcional, baseada na ideia de projetos, tem como característica a reunião temporária de especialistas lotados em diferentes unidades para a realização de determinada tarefa.

04. As organizações podem adotar vários desenhos com vista ao alcance da estratégia. O desenho departamental que não leva em consideração o princípio clássico de unidade de comando estabelecido por Fayol, tendo em vista a sua característica de responsabilidade compartilhada, corresponde a departamentalização matricial.

Acerca de estratégia empresarial e planejamento estratégico, julgue os itens a seguir

05. O planejamento é responsável pela definição dos objetivos da organização e pela concepção de planos que integram e coordenam suas atividades, proporcionando a eliminação da incerteza como consequência das constantes mudanças ambientais; a redução do impacto do ambiente e o autoconhecimento organizacional.

06. O conceito de Cadeia de Valor de Michael Porter é um modelo que ajuda a analisar atividades específicas por meio das quais as empresas criam valor e vantagem competitiva. Entre as atividades principais da cadeia de valor incluem-se logística interna, operações, logística externa, infraestrutura e marketing e vendas.

Considerando o Balanced Scorecard (BSC) como um instrumento de controle organizacional, julgue o item a seguir

07. O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia comumente utilizada pelas organizações para a implementação de seu planejamento estratégico. Na fase de construção e incorporação, três papéis críticos são necessários: o arquiteto; o agente de mudanças e o comunicador.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Gabriela Zavadinack

08. Uma alteração qualitativa na execução do orçamento pode ser promovida pela abertura de créditos suplementares ou especiais.

09. A codificação das naturezas de receita é estruturada de forma a proporcionar extração de informações imediatas, a fim de prover celeridade, simplicidade e transparência, sem a necessidade de qualquer procedimento paralelo para concatenar dados. No contexto dessa estruturação, o dígito da origem é responsável por qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas.

10. Na classificação qualitativa da despesa orçamentária, a classificação funcional permite identificar em que área a ação governamental será realizada.

11. O Plano Orçamentário – PO é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial, vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração quanto o acompanhamento da execução, ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto. Apesar de não constar da Lei Orçamentária Anual, seu uso pode ocorrer sempre que for necessário o acompanhamento mais detalhado das ações orçamentárias, conforme a particularidade de cada órgão setorial.

12. A dívida flutuante compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os débitos de tesouraria e os depósitos.

13. Suponha que em determinado órgão público, determinou-se o cancelamento de uma despesa inscrita em Restos a Pagar (RP). Passados alguns meses, o credor exigiu o pagamento, pois havia cumprido a obrigação no prazo estabelecido, razão por que o gestor concluiu que cometera um equívoco ao efetuar o cancelamento do RP. Nesse contexto, para realizar o pagamento, o gestor deverá inscrever, novamente, a despesa em Restos a Pagar, no exercício em que foi pleiteado o pagamento, mas o desembolso efetivo só poderá ocorrer no ano seguinte.

14. Conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária ou não tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

Considerando as normas vigentes de auditoria, julgue os itens a seguir.

15. Ao definir e executar procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes, o auditor tem por finalidade detectar erros ou fraudes relevantes.

16. Na determinação da materialidade, o auditor deve pressupor que os usuários do relatório de auditoria desconhecem os negócios e a atividade da entidade auditada.

17. As técnicas de amostragem podem ser divididas em dois grandes grupos: a amostragem probabilística, também denominada estatística; e a amostragem não probabilística. A amostragem probabilística prevê a seleção de indivíduos por meio de métodos aleatórios e a amostragem não probabilística, por sua vez, não utiliza a seleção aleatória dos itens da amostra e nem usa a teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras. Uma característica comum entre os dois tipos é a possibilidade de permitir generalizações dos resultados amostrais.

Em relação aos procedimentos de auditoria previstos nas normas de auditoria vigentes, julgue o item subsequente.

18. As evidências de auditoria possuem diferentes níveis de persuasão quanto à validação das informações. Nesse contexto, o procedimento considerado mais relevante/confiável para se obter evidências de auditoria é a confirmação externa.

19. Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Ela apresenta natureza cumulativa (qualidade e quantidade). A quantidade de toda evidência de auditoria é afetada pela relevância e confiabilidade das informações em que ela se baseia. Já a qualidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria.

Acerca da Lei Complementar nº105/2001, julgue o item a seguir.

20. A Lei de Sigilo Bancário (Lei Complementar nº 105/2001) prevê um rol de instituições financeiras obrigadas a conservar sigilo nas suas operações e nos serviços por elas prestados. Além das instituições expressamente listadas, a referida lei admite que outras sociedades venham a ser consideradas como instituições financeiras em razão da natureza de suas operações, desde que tal se dê por decisão do Ministério da Economia.

Acerca dos testes em áreas específicas, julgue os itens subsequentes.

21. Dentre as técnicas mais usuais de auditoria contábil e fiscal, pode-se mencionar o Exame e Contagem Física. Ele é um procedimento de auditoria utilizado para as contas do Ativo (por exemplo: dinheiro, estoques, ativo imobilizado), que consiste em identificar fisicamente (in loco) o bem declarado no Balanço Patrimonial.

22. Em se tratando de testes de superavaliação da conta de estoques do ativo circulante, aplicados pelo Auditor, os testes são geralmente orientados às contas do próprio ativo e de receitas.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

Sobre a NBC TG 25 (R2), que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue o item seguinte.

23. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas não devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, no que diz respeito às características qualitativas de informações financeiras úteis, julgue a assertiva seguinte.

24. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, a um acordo completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

25. Situação hipotética: A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor. **Assertiva:** Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de R\$ 930,00.

26. Situação hipotética: A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00. **Assertiva:** O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi R\$ 3.000,00.

27. Os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

28. A construção de ativos dentro da própria empresa para seu próprio uso é procedimento comum. Para elaboração da DVA, essa construção equivale a produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita.

A respeito do que dispõe o CPC 18 (R2), que trata de Investimentos em Coligadas e em Controladas, analise a assertiva a seguir.

29. Tanto a mais-valia de ativos líquidos quanto o ágio por rentabilidade futura integram o saldo contábil do investimento desde o seu reconhecimento inicial.

30. Os intangíveis que estiverem inseridos no preço de aquisição pago por um negócio, e puderem ser tecnicamente identificados de modo confiável, devem ser contabilizados em separado do goodwill pelo seu custo histórico e estarão sujeitos à análise anual quanto à sua recuperabilidade.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Silvio Sande

Acerca da classificação de custos, julgue os itens a seguir

31. A classificação de custos em diretos e indiretos, além de sua natureza, leva em conta a relevância e o grau de dificuldade de medição.

32. Custos fixos são aqueles que decorrem da manutenção da estrutura produtiva da empresa, independentemente da quantidade que venha a ser fabricada dentro do limite da capacidade instalada.

Uma empresa industrial que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 160, apresentou os seguintes custos e despesas em 2021.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 240.000
- Mão de obra direta: R\$ 130.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 20.000
- Custos fixos totais: R\$ 200.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 10.000
- Fixas: R\$ 160.000

Quantidade produzida no ano: 10.000 unidades

Quantidade vendida no ano: 8.000 unidades

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

33. A diferença entre o valor do custo unitário do produto calculado com base no método do custeio por absorção e o valor do custo unitário do produto calculado com base no método do custeio variável é de R\$ 36.

34. A diferença entre o lucro apurado pelo custeio por absorção e o lucro apurado pelo custeio variável é R\$ 72.000.

Considere que uma empresa tenha obtido receita de vendas de R\$ 500 mil ao vender 20 mil unidades de seu único produto, obtendo lucro operacional líquido de R\$ 80 mil, antes de dedução do IR. Considere, ainda, que a empresa possua custos e despesas fixas de R\$ 120 mil. Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

35. O índice da margem de contribuição dessa empresa é igual a 60%.

36. O grau de alavancagem operacional da empresa, na situação apresentada, é igual a 4 vezes.

37. A empresa acima referida possui margem de segurança superior a 60% no momento dado.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

38. A Lei de Introdução adota, como regra geral, o princípio da repristinação.

39. A constituição de domicílio pode se enquadrar como ato jurídico em sentido estrito.

40. Prescreve em 10 anos a pretensão de reparação civil oriunda de perdas e danos resultantes de contrato.

41. O comodato, assim entendido como empréstimo gratuito de coisa não fungível, classifica-se como contrato consensual.

42. A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge em até 2 anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

43. Admite-se a usucapião de imóvel situado em terreno de marinha, hipótese em que se restringirá ao seu domínio útil.

44. Servidão titulada, embora não aparente, pode ser protegida por intermédio de ação possessória.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

45. No que se refere às disposições da Lei nº 6.404/1976, julgue o item abaixo.

A emissão de debêntures pode ser dividida em séries. As debêntures da mesma série terão igual valor nominal e podem conferir direitos específicos e diferenciados a cada um de seus titulares.

46. No que se refere às disposições da Lei que versa sobre Sociedades Anônimas, julgue o item abaixo.

A emissão de certificado de ação somente será permitida depois de cumpridas as formalidades necessárias ao funcionamento legal da companhia. Os certificados das ações, cujas entradas não consistirem em dinheiro, só poderão ser emitidos depois de cumpridas as formalidades necessárias à transmissão de bens, ou de realizados os créditos.

47. No que se refere às disposições legais sobre operações societárias, julgue o item abaixo.

A operação de transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, ainda que prevista no estatuto ou no contrato social.

48. Considerando as disposições da Lei nº 8.934/1994, analise a assertiva que segue.

Não podem ser arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis, dentre outros, os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital.

49. Acerca da sociedade em comum, julgue:

Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, ainda que pactuado de forma expressa a limitação de poderes.

50. Acerca do empresário, julgue o item subsequente.

O empresário casado pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa, dispensada a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.

51. No que se refere às disposições da Lei 6.404 no que tange a parte específica sobre a incorporação, julgue o item abaixo.

Na incorporação, a sociedade que houver de ser incorporada, se aprovar o protocolo da operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, excetuada a subscrição do aumento de capital da incorporadora.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Mauricio*

52. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

53. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

A redução de benefício fiscal é considerada como aumento indireto de tributo, se submetendo, desta forma, ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

54. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

A imunidade tributária corresponde a uma hipótese de incompetência tributária.

55. A respeito da Competência para legislar sobre Direito Tributário, julgue o item a seguir:

Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

56. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito de Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

A lei será aplicada a ato ou fato pretérito, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo, ainda que em relação a atos ou fatos definitivamente julgados.

57. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

58. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

59. Lei estadual que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência, segundo entendimento do STF, é inconstitucional, uma vez que compete à União legislar privativamente sobre direito civil e política de seguros.

60. O exercício de trabalho ou de profissão, no Brasil, está condicionado à existência de lei regulamentadora, que estabeleça as qualificações profissionais necessárias.

61. A Constituição Federal autoriza a realização de consultas populares diretas concomitantemente às eleições municipais, observado que os quesitos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.

62. José, professor de Direito Constitucional, ao lecionar sobre as diferentes concepções de Constituição, explicou aos seus alunos que “de nada serve o que se escreve numa folha de papel se não se ajusta à realidade, aos fatores reais e efetivos do poder”. Tal explicação se ajusta à concepção Sociológica, idealizada por Ferdinand Lassalle.

63. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

64. O dispositivo constitucional que assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem é espécie de norma de eficácia limitada de princípio programático, uma vez que o exercício do direito de resposta depende de regulamentação estabelecida por lei infraconstitucional.

65. Por determinação constitucional, as disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão depositadas no Banco Central.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

A Empresa Eventos S.A. estava organizando grande show, em estágio de futebol, com o objetivo de auferir lucros pela exploração do evento. Preocupada com a segurança, a empresa informou as autoridades policiais sobre a data e o local, uma vez que a ampla circulação de pessoas poderia causar tumultos e aumentar a quantidade de crimes, como furtos e roubos. A autoridade policial, todavia, informou que lei estadual exigia, nesses casos, a cobrança de taxa de segurança de eventos – TSE.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item a seguir.

66. Segundo o Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a cobrança de taxa de segurança para eventos, visto que a segurança pública deve ser remunerada por meio de impostos, já que constitui serviço geral e indivisível, devido a todos os cidadãos, independentemente de contraprestação.

Acerca dos atos de improbidade e do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

67. O Tribunal de Contas possui o prazo de cinco anos para analisar a legalidade dos atos de aposentadoria, reforma e pensão, tendo como termo inicial para contagem a data em que o processo chega à Corte.

68. Os atos de improbidade que atentam contra os princípios exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

Sobre a Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

69. Conforme previsão da Nova Lei de Licitações, o administrador que pretenda anular ou revogar o certame deverá assegurar a manifestação prévia dos interessados.

70. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, culpa ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responderão pelo dano causado ao erário.

A empresa estatal Saneando S.A., que pertence ao estado do Ceará, é encarregada da prestação de serviços públicos de saneamento de água e esgoto. A entidade atua em regime de monopólio, uma vez que recebeu a delegação do serviço por lei, que lhe atribuiu a exclusividade da prestação. A legislação outorgou ainda a delegação do poder de polícia para a empresa estatal, quanto ao controle da destinação de resíduos no sistema de esgoto, em regime de exclusividade.

Contudo, a administração municipal da região em que estavam localizadas as instalações da empresa estatal enviou notificação de cobrança de imposto predial e territorial urbano – IPTU. A empresa estatal, entretanto, impugnou a decisão administrativa.

Considerando a situação hipotética acima, avalie os itens a seguir acerca da organização administrativa e do poder de polícia.

71. Se fosse constituída como empresa pública, a entidade poderia gozar da imunidade tributária recíproca, em virtude da finalidade e da exclusividade do serviço prestado, mas essa prerrogativa não seria aplicável se a entidade fosse constituída como sociedade de economia mista.

72. Apesar da natureza de direito privado, seria possível realizar a delegação do poder de polícia para a referida empresa estatal, por meio de lei, em relação às fases de consentimento, de fiscalização e de sanção.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

O tempo de vida útil, em anos, de uma máquina de fazer massa para pasteis é uma variável aleatória X com função densidade igual a:

$$f(x) = 1/5 e^{(-x/5)} \text{ para } x \geq 0 \text{ e } f(x) = 0 \text{ para } x < 0$$

Seja M o valor da média aritmética e assumo que e^{-1} é igual a 0,37.

Julgue os itens seguintes:

73. A diferença entre as probabilidades de o tempo de vida útil da máquina ser maior do que a média e menor que a média da variável X superior a 25%

74. A variância é igual a 25 anos²

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 0,5) = 0,691; P(Z < 0,8) = 0,788; P(Z < 1) = 0,841; \\ P(Z < 1,2) = 0,885; P(Z < 1,28) = 0,90; P(Z < 2) = 0,977$$

Utilize a tabela acima para os itens 75, 76 e 77

Com o objetivo de se estimar a idade média, μ , em anos, de ingresso no primeiro emprego formal de jovens de determinada comunidade, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 jovens da população de jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho formal. Os resultados obtidos encontram-se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

Idade (em anos)	Frequência Relativa
18 — 20	0,10
20 — 22	0,30
22 — 24	0,35
24 — 26	0,25

75. A média amostral é superior a 23 anos

76. Supondo-se que o desvio padrão populacional seja igual a 1, o intervalo de confiança para μ , em anos, com coeficiente de confiança igual a 80%, baseado nessa amostra, é dado por [22,372 ; 22,628]

O tempo necessário para que uma pessoa tenha um retorno sobre seu processo administrativo em um determinado órgão público tem distribuição normal com média $\mu = 140$ dias e desvio padrão $\sigma = 50$ dias.

Julgue o item seguinte:

77. A probabilidade de que uma pessoa, aleatoriamente selecionada, espere entre 180 dias e 240 dias para ter o retorno sobre seu processo é superior a 20%

Um estudo feito em uma exportadora durante 10 anos (de 2011 a 2020), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa, em milhões de reais, e o respectivo investimento anual com marketing (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X, considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o gasto com marketing em 2011, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com marketing em 2012, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com marketing de 2011 a 2020 foram, em milhões de reais, iguais a 240 e 30, respectivamente.

A estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 2.

Julgue os itens seguintes

78. O valor de α é igual a 18 milhões

79. A previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com marketing nesse ano 5 milhões de reais, é inferior a 30 milhões

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Wagner Damazio

80. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Zona Urbana, de acordo com o RCTM, pode ser uma Zona do Município em que se observa o requisito mínimo da existência de, pelo menos, 02 (dois) melhoramentos entre os listados no §1º do art. 32 do Código Tributário Nacional - CTN, constituídos pelo poder público, ainda que por ele não mantidos.

81. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Adota as providências do art. 5º do Estatuto das Cidades, o proprietário de terreno não edificado, subutilizado ou não utilizado que não cumpra sua função social terá sua alíquota do IPTU duplicada, em cada exercício, até atingir o limite de 15%, ficando facultado ao Município, caso o proprietário não cumpra a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, manter a alíquota majorada de 15%, após atingido esse limite, até que se cumpra a função social, ou proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

82. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso *inter vivos* – ITBI, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Quando a propriedade ou o direito retornar ao domínio do antigo proprietário ou do titular do direito por força de retrovenda, de retrocessão ou de pacto de melhor comprador, haverá incidência do ITBI.

83. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso *inter vivos* – ITBI, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

É isento do ITBI a transmissão de imóvel residencial, quando adquirido por contribuinte comprovadamente pobre e o faça para sua residência, desde que não possua outro imóvel no Município de Fortaleza e o valor venal do imóvel na avaliação realizada pela Administração Tributária municipal seja igual ou inferior a R\$ 45.000,00, considerando-se pobre o contribuinte que tiver renda mensal familiar inferior ou igual a 03 (três) salários mínimos nacional, vigente na data do lançamento do imposto. O valor de R\$ 45.000,00 é histórico e deverá ser atualizado com base no IPCA-E acumulado no ano anterior a partir de 1º de janeiro de 2015.

84. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Você, Auditor do Tesouro Municipal de Fortaleza, recém nomeado, empossado e em pleno exercício no aludido cargo, ao ser interpelado por um munícipe acerca da regra de incidência do ISS, respondeu corretamente que essa espécie de tributo incide independentemente da denominação dada ao serviço prestado, independentemente da prestação de serviços ser ou não atividade preponderante do prestador, independentemente do recebimento do preço do serviço prestado ou qualquer condição relativa à forma de sua remuneração, independentemente do resultado financeiro do exercício da atividade e, por fim, independentemente do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

85. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

O ISS não incide sobre o ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, contudo, essa vedação não se aplica aos serviços prestados pelas cooperativas a não cooperados.

86. Analise a assertiva a seguir de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Você, Auditor do Tesouro Municipal de Fortaleza, recém nomeado, empossado e em pleno exercício no aludido cargo, poderá emitir parecer de atendimento dos requisitos legais estabelecidos para o gozo de imunidade tributária, isenção ou outro benefício fiscal, nos casos em que esses benefícios não sejam concedidos em caráter geral e incondicionado, que será o fundamento de despacho da autoridade administrativa competente, em caso, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo.

87. Analise a assertiva a seguir de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores).

A gestão dos cadastros municipais é da competência exclusiva da Secretaria Municipal das Finanças, apoiada por um conselho consultivo constituído por integrantes de órgãos e entidades do Município, usuários dos cadastros, na forma estabelecida em regulamento.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

88. O Projeto de Plano Plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

89. A Constituição Federal de 1988 preceitua que a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias decorrentes de despesas primárias discricionárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

90. Os recursos que, em decorrência de veto ou emenda do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais, suplementares ou extraordinários, atendidos os requisitos de abertura de cada tipo de crédito.

91. As emendas individuais impositivas ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao da execução da LOA, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

92. A técnica orçamentária do orçamento clássico caracteriza-se por uma elevada preocupação com o atendimento das necessidades da coletividade e com o planejamento do ente público.

93. No Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, os órgãos específicos são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento, enquanto os órgãos setoriais são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

94. Além das funções estabelecidas na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é responsável por dispor sobre condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO-CAT (LC 305/21)

Wagner Damazio

95. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021, com as alterações da Lei Complementar nº 353, de 2023.

No exercício regular de sua função jurisdicional, é garantido ao CAT atuação livre e independente, devendo seus integrantes proceder com imparcialidade no julgamento das lides que lhes são submetidas.

96. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021, com as alterações da Lei Complementar nº 353, de 2023.

O CAT será dirigido por um presidente escolhido e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre auditores do tesouro municipal, integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Auditoria Fiscal (TAAF), observando o disposto na Lei Complementar nº 52, de 28 de dezembro de 2007, em efetivo exercício, graduado em curso de nível superior, de preferência em Direito, e pós-graduação de natureza jurídica, contábil ou empresarial, reputação ilibada, notória idoneidade moral e reconhecida experiência em matéria tributária, esta pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contínuos ou não, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

97. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021, com as alterações da Lei Complementar nº 353, de 2023.

Os conselheiros titulares e seus respectivos 1º e 2º suplentes, representantes da Fazenda Pública Municipal, serão escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre servidores efetivos integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Auditoria Fiscal (TAAF), observando o disposto na Lei Complementar nº 52, de 28 de dezembro de 2007, em efetivo exercício, graduado em curso de nível superior, de preferência em Direito, reputação ilibada, notória idoneidade moral e reconhecida experiência em matéria tributária, esta pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contínuos ou não.

98. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021, com as alterações da Lei Complementar nº 353, de 2023.

É dispensado o parecer nos recursos interpostos e nas contrarrazões apresentadas pela Procuradoria-Geral do Município (PGM).

99. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021, com as alterações da Lei Complementar nº 353, de 2023.

Considera-se preposto o contador, o empregado ou qualquer pessoa capaz que resida ou trabalhe no estabelecimento ou no domicílio do sujeito passivo, exceto o síndico ou o funcionário de portaria.

100. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021, com as alterações da Lei Complementar nº 353, de 2023.

A 1ª e a 2ª Câmaras de Julgamento de recursos tributários, órgãos de deliberação coletiva de 2ª instância, são integradas, cada uma por 7 membros, a saber: por 1 presidente; por 4 conselheiros titulares, sendo 2 representantes da sociedade civil e dois representantes da Fazenda Pública Municipal, e seus respectivos 1º e 2º suplentes; 1 procurador do Município; e 1 secretário.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
